

Kamari Participações S.A. (Anteriormente denominada Geribá Participações S.A.)

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263QU-049-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Kamari Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Kamari Participações S.A. (Companhia) (anteriormente denominada Geribá Participações 11 S.A.), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kamari Participações S.A. (anteriormente denominada Geribá Participações 11 S.A.) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.a – “Aquisição de ações”, 3.c e 6 – “Investimento Patrimonial (Ações)” às demonstrações contábeis, a qual descreve que parte substancial da operação da Companhia está atrelada à compra de ações no mercado secundário (Bolsa de Valores – B3) de entidade que negocia suas ações publicamente no mercado de capitais do país. Além disso, conforme Nota Explicativa nº 1.b – “Instrumento financeiro ativo” e Nota Explicativa nº 8 – “Debêntures”, as ações foram adquiridas com o propósito especulativo da valorização do preço de mercado das ações e, portanto, indicam que há suscetibilidade de variações relevantes do valor do ativo, bem como de sua recuperabilidade para saldar seus passivos de debêntures, uma vez que não possui qualquer outra fonte de receita para liquidação dos respectivos passivos. Essas condições indicam dependência da valorização do ativo da entidade cotado em mercado, para a continuidade das operações da Companhia. Conforme apresentado, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Alcides Afonso Louro Neto
Contador CRC 1SP-289.078/O-2

Kamari Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.266	329
Impostos a recuperar	5	10	10
Total do ativo circulante		2.276	339
Ativo não circulante			
Investimento	6	76.466	160.488
Total do ativo não circulante		76.466	160.488
Total do ativo		78.742	160.827

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Kamari Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	-	7	9
Obrigações tributárias	-	5	1
Débitos com empresas ligadas	7	205	205
Total do passivo circulante		217	215
Passivo não circulante			
Debêntures	8	358.255	345.632
Total do passivo não circulante		358.255	345.632
Patrimônio líquido a descoberto			
	9		
Capital social		1	1
Prejuízos acumulados		(31.499)	(362)
Reserva de lucros		617	617
Outros resultados abrangentes		(248.849)	(185.276)
Total do patrimônio líquido		(279.730)	(185.020)
Total do passivo		78.742	160.827

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Kamari Participações S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e comerciais	11 e 12	(1.264)	(621)
Despesas tributárias	12	-	(2)
Outros resultados operacionais	14	(13.745)	675
(Prejuízo) Lucro antes do resultado financeiro e impostos		(15.009)	52
Resultado financeiro	13		
Despesas financeiras	-	(16.134)	(455)
Receitas financeiras	-	6	41
Resultado antes dos impostos		(31.137)	(362)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente		-	-
(Prejuízo) líquido do exercício		(31.137)	(362)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Kamari Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

[Valores expressos em milhares de reais]

	31/12/2025	31/12/2024
(Prejuízo) lucro do exercício	(31.137)	(362)
Outros resultados abrangentes	-	-
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado		
Baixa por venda das ações resultados abrangentes - Ajuste de avaliação patrimonial	13.745	-
Valorização das ações resultados abrangentes - Ajuste de avaliação patrimonial	(77.318)	(259.134)
Resultado abrangente total	(94.710)	(259.496)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Kamari Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

[Valores expressos em milhares de reais]

	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1	617	73.858	-	74.476
Outros resultados abrangentes	-	-	259.134	-	(259.134)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(362)	(362)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1	617	(185.276)	(362)	(185.020)
Outros resultados abrangentes	-	-	(63.573)	-	(63.573)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(31.137)	(31.137)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1	617	(248.849)	(31.499)	(279.730)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Kamari Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(31.137)	(362)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício		
Juros de debentures	15.970	356
Efeito líquido de DRA na venda de ações	13.745	
(Aumento) redução de ativos		
Impostos a recuperar	-	(10)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(2)	3
Obrigações tributárias	4	(31)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(1.420)	(44)
Atividades de investimento		
Dividendos recebidos	28	
Venda de ações	6.676	(1.096)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	6.704	(1.096)
Atividades de financiamento		
Debêntures	(3.347)	-
Partes relacionadas	-	(1.114)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(3.347)	(1.114)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.937	(2.254)
Saldo no início do exercício	329	2.583
Saldo no final do exercício	2.266	329
Aumento (redução) líquido em caixa	1.937	(2.254)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Kamari Participações S.A. CNPJ: 43.513.998/0001-30, (antiga Geribá Participações 11 que teve sua razão social alterada na JUCESP conforme NIRE no 125.754/25-5) (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, Andar 11, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 14 de setembro de 2021. A Companhia tem como objeto social a participação em sociedades, associações, fundos de investimento, como sócia, acionista ou quotista.

a) Aquisição de ações

Em setembro de 2022, a Companhia adquiriu 344.367 em debêntures da 12ª (décima segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações (LLISB2) da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. (Restoque), detidos pelo Banco Santander Brasil S.A. O recurso dessa compra veio pela emissão de igual valor das debêntures da Kamari Participações S.A.

Em 27 de outubro de 2022 a Kamari Participações S.A. converteu o crédito da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. em 164.127.764 ações ordinárias equivalentes, nesta data, aproximadamente 19,35% do capital social da Companhia. Como consequência da participação relevante atingida a Kamari Participações S.A. enviou um comunicado (ICVM 358) à Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. nos seguintes termos:

- o acionista era titular de debêntures de emissão da Companhia e, em decorrência da capitalização do endividamento financeiro da Companhia, tornou-se titular das Ações;
- o acionista não pretende, neste momento, alterar a composição do controle, ou fazer mudanças na estrutura administrativa da Companhia, sem prejuízo da sua prerrogativa de exercer direito de voto nas próximas assembleias da Companhia;
- não existe nenhum acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia; e
- o acionista não detém qualquer outro valor mobiliário ou instrumento financeiro derivativo referenciado em ações da Companhia. Solicito, para fins do § 6º do artigo 12 da ICVM 358, que o Diretor de Relações com Investidores da Companhia promova a imediata divulgação das informações aqui contidas.

Em fevereiro de 2023 a Companhia realizou o agrupamento das 164.127.764 ações na proporção 8:1 finalizando o ano de 2023 com 20.515.971, nesta mesma data a Companhia possuía 18,1% do capital social da Restoque.

Em 2025 a companhia realizou movimentação de venda das ações da Restoque LLIS2. Em 31 de dezembro de 2025, a quantidade de ações é de 19.248.530 (20.575.330 em 2024) a um valor total de R\$ 76.032 (setenta e seis milhões e trinta e dois mil) (R\$ 160.488 cento e sessenta milhões quatrocentos e oitenta e oito mil em 2024).

b) Instrumento financeiro ativo e valor justo do instrumento financeiro ativo

As ações recebidas pela Companhia em decorrência da conversão das debêntures foram classificadas como ativo financeiro, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

Considerando que tais ações são negociadas em mercado ativo, na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o ticker VSTE3, esses instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo, com base nos preços de mercado divulgados na data de cada balanço, sendo as variações reconhecidas de acordo com a classificação adotada, conforme descrito nas respectivas notas explicativas.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado das ações da Restoque estava cotado a R\$ 3,95 por ação (R\$ 7,80 em 31 de dezembro de 2024).

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia findas em 31 de dezembro de 2025, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologado pelos órgãos reguladores.

A administração declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela administração da Empresa na sua gestão. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela diretoria em 31 de março de 2026.

b) Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu em prejuízo, no valor de R\$ 31.137 (trinta e um milhões e cento e trinta e sete mil reais) em 2024 obteve prejuízo no valor de R\$ 362 (trezentos e sessenta e dois mil reais). Considerando que a Companhia se encontra em estágio inicial de suas operações, é esperado que apresente necessidade de caixa para custear os projetos, obrigações e compromissos de curto prazo.

Nessa fase inicial, esses gastos e investimentos serão suportados pelos acionistas e, eventualmente, pela captação de recursos financeiros junto a terceiros (empréstimos).

Neste contexto, a administração avaliou a habilidade de a Companhia continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base neste princípio.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$). Todos os valores apresentados nessas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas demonstrações contábeis, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis:

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo ativos mensurados a valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O CPC 48 determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

O CPC 48 estabelece o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas esperadas com créditos”. A administração não identificou impactos relevantes na estimativa das perdas esperadas com créditos, bem como na rubrica de contas a receber de clientes.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e o gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Os custos de transação são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) compreendem os investimentos patrimoniais em ações.

Os ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) compreendem caixa e equivalentes de caixa.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

Os passivos financeiros não derivativos são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

A administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores, débitos com empresas ligadas e debêntures.

A seguir apresentamos as classificações dos instrumentos financeiros da Companhia e informações sobre redução ao valor recuperável:

i) Classificação e mensuração

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, foram avaliadas as características contratuais do fluxo de caixa e se esses ativos são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja captar o fluxo de caixa contratuais que sejam representados exclusivamente por pagamento de principal e juros.

No quadro a seguir demonstramos a classificação de ativos e passivos financeiros a partir dos requisitos do CPC 48:

Ativos/passivos financeiro	Classificação CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado
Investimentos	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Débitos com empresas ligadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

ii) Redução ao valor recuperável

O CPC 48 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável.

Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de risco e particularidades operacionais e implemente modelos de reconhecimento de perda de crédito esperada, considerando as diretrizes apresentadas pelo CPC 48.

Dessa forma, a Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos ao valor justo.

A Companhia tem aplicado uma abordagem simplificada para registrar perdas esperadas em contas a receber de clientes. Além disso, considerando os requisitos para cálculo de redução ao valor recuperável estabelecido pelo CPC 48, a Companhia não reconhecia, até a adoção do CPC 48, perdas esperadas com contrapartes com recebíveis de clientes. Dessa forma, não houve indícios de redução no valor recuperável e, com a adoção do CPC 48, não foram identificados impactos significativos.

O modelo adotado leva em consideração as características de risco de crédito das operações e contrapartes.

A administração não identificou impactos relevantes em decorrência de perdas esperadas, haja visto que foi realizado um estudo avaliando o comportamento dos recebíveis ao longo do tempo, observando a evolução das faixas de vencimento do *aging* e conciliando os títulos através do período para identificar a eficiência no recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Investimento patrimonial (ações)

A companhia no reconhecimento inicial dos investimentos patrimoniais, desde que esses instrumentos não sejam mantidos para negociação, efetua uma escolha irrevogável de apresentar, em outros resultados abrangentes os ajustes ao valor justo destes investimentos a cada período de reporte. Após o reconhecimento inicial do instrumento patrimonial, os dividendos recebidos destes investimentos são reconhecidos no resultado do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais)

d) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

e) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

f) Apuração do resultado

O resultado foi apurado segundo o regime de competência.

g) Imposto de renda e contribuições social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre a base de lucro tributável.

h) Novas pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

A Companhia não tem conhecimento de alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, ou que serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026, que tenham impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Conta corrente	2.266	329
Total	2.266	329

O aumento observado em 2025 decorre, principalmente, do ingresso de recursos provenientes da venda parcial das ações da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A., conforme descrito na Nota Explicativa no 6.

5. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda sobre aplicação	10	10
Total	10	10

6. Investimento patrimonial (Ações) – (vide Nota Explicativa nº 1.a.)

	31/12/2025	31/12/2024
Restoque VSTE3	325.313	345.762
Marcação de mercado - Restoque VSTE3	(248.847)	(185.274)
Total	76.466	160.488

Durante o exercício de 2025 a companhia realizou movimentação de venda das ações da Restoque LLIS2. Em 31 de dezembro de 2025, a quantidade de ações é de 19.358.430 (20.575.330 em 2024) a um valor total de R\$ 76.466 (setenta e seis milhões e trinta e dois mil) (R\$ 160.488 cento e sessenta milhões quatrocentos e oitenta e oito mil em 2024).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2025, o valor das ações no mercado estava cotado a R\$ 3,95 (R\$ 7,80 em 31 de dezembro de 2024)

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	160.488	418.526
Compra de ações	-	2.373
Venda de ações (baixa de custo)	(20.421)	(1.278)
Venda de ações (caixa recebido)	(6.676)	-
Dividendos recebidos	(28)	(977)
(+/-) Marcação de mercado - Restoque VSTE3	(56.897)	(258.156)
Total	76.466	160.488

7. Débitos com empresas ligadas

	31/12/2025	31/12/2024
GB1 Empreendimentos e Participações Ltda.	205	205
Total	205	205

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade possui dois contratos de mútuo com a GB1 Empreendimentos e Participações Ltda., no valor total de R\$ 205 (duzentos e cinco mil).

8. Debêntures

Em setembro de 2022, foram emitidas debêntures, conforme características apresentadas a seguir:

Descrição	Emissão	Remuneração	Vencimento	Quantidade	Valor em	Valor em
					31/12/2025	31/12/2024
Série única	28/09/2022	100% da TR	28/09/2032	163.984.107	345.632	345.276
Juros	31/12/2023	100% da TR	28/09/2032	163.984.107	15.970	356
Amortização					(3.347)	-
Total					358.255	345.632

Vide detalhamento na Nota Explicativa nº 1 – “Contexto operacional”.

As debêntures emitidas possuem cláusulas restritivas, com a exigibilidade de pagamento antecipado das debêntures caso ocorra descumprimento das obrigações legais. Não existem cláusulas restritivas relacionados com indicadores financeiros.

Remuneração das debêntures

Sobre o valor nominal unitário das debêntures ou saldo do valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias da taxa referencial, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pelo Banco Central (TR), com spread (sobretaxa) spread definido em 0,00% (zero por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (remuneração das debêntures).

Durante o exercício de 2025, a companhia atualizou e provisionou os juros mensalmente relativos às debêntures emitidas

Prazo e data de vencimento

Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das debêntures, resgate total obrigatório e amortização antecipada obrigatórias debêntures, nos termos previstos na escritura de emissão, as debêntures terão o prazo de 10 (dez) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de setembro de 2032 (data de vencimento das debêntures).

Confirmamos que até a data da emissão destas demonstrações contábeis estamos em compliance com todas as obrigações legais das debêntures, covenants financeiros e não existem indicativos de exigibilidade para pagamento antecipado e/ou imediato.

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, expresso em moeda corrente nacional, é de R\$ 1 (um mil reais) em 31 de dezembro de 2025 (em 2024, R\$ 1 (um mil reais)).

b) Reserva de legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Distribuição de dividendos

A Companhia distribuirá, como dividendos obrigatórios em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do seu lucro líquido.

d) Reserva de lucros

Conforme determinado no estatuto social, os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a assembleia geral lhes der, depois de ouvido o conselho fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em lei.

e) Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP)

O ajuste é feito para garantir que o ativo da companhia seja registrado a valores que reflitam sua realidade econômica e financeira.

10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no regime tributário do lucro real estimativa e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

Em 2025, a Companhia não apresentou lucro tributável para que houvesse a provisão dos tributos pertinentes.

11. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com prestadores de serviços	(1.202)	(621)
Total	(1.202)	(621)

12. Despesas tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
Taxas, emolumentos e licenças	(62)	(2)
Total	(62)	(2)

As despesas com taxas, emolumentos e licenças refere-se a custas em órgãos competentes para a emissão de debêntures.

13. Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Financeiras		
Juros com debêntures	(15.970)	(378)
Tarifas bancárias	(6)	(3)
Juros passivos	(158)	(74)
Total	(16.134)	(455)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais)

Receitas Financeiras		
Aplicações financeiras	6	41
Total	6	41
<hr/>		
Resultado Financeiro	(16.128)	(414)

14. Outros resultados operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Efeito líquido de venda de ações da Restoque VSTE3 – DRA	(13.745)	675
Resultado líquido	(13.745)	675

15. Instrumentos financeiros

A Companhia opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante esse exercício, a Sociedade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está sujeita aos fatores de:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de suas operações.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

16. Avais, fianças e garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía avais, fianças ou garantias prestadas em favor de terceiros.

As debêntures emitidas pela Companhia não contam com garantias reais, tampouco são garantidas pelas ações da Restoque detidas pela Companhia. A liquidação dessas debêntures está vinculada à política, conforme descrito na Nota Explicativa no 8, a qual prevê a utilização dos recursos provenientes da alienação futura das ações para amortização do passivo, sem caracterizar garantia real ou fidejussória.

17. Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes que impactassem estas demonstrações contábeis a serem divulgados.

* * *

Composição da Diretoria

Henrique Carneiro Ferreira – Diretor

William Oliveira da Silva – Contador CRC 1SP316583/O-3